

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE LEITURA E ESCRITA COM ÊNFASE NOS GÊNEROS TEXTUAIS E LITERÁRIOS

Lígia Gabriela da Cruz dos santos¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal discutir e abordar o processo ensino-aprendizagem dos gêneros textuais e literários para pessoas com ou sem deficiência intelectual. Analisaremos também sobre as dificuldades que esses alunos enfrentam no decorrer das aulas de língua portuguesa com ênfase nas aulas de leitura e escrita. Este trabalho é um recorte de uma monografia da Especialização em Educação Especial na Perspectiva de uma Educação Inclusiva. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura centrada na análise de quatro artigos tais como: “O Trabalho com o Gênero Textual História Em Quadrinho Com Alunos Que Possuem Deficiência Intelectual” “Letramento De Adultos Com Deficiência intelectual: Em Foco Os Gêneros Textuais” “A Música Como Recurso Pedagógico Na Aprendizagem De Pessoas Com Deficiência intelectual” e “A Fábula Como Recurso Pedagógico No Processo De Educação inclusiva”. Também foi elaborado uma tabela a fim de conhecer as concepções metodológicas dos autores. Em seguida, foi feita uma investigação sobre a abordagem da leitura e escrita a respeito dos alunos com deficiência intelectual e com isso, refletimos um pouco sobre a influência desses métodos para a formação do leitor. O resultado da pesquisa enfatiza a necessidade de ensinar os gêneros textuais e literários de forma sistemática, proporcionando modelos, práticas e correção. Além disso, ressalta a importância de adaptar as atividades para atender às necessidades específicas dos alunos, promovendo a inclusão e o desenvolvimento cognitivo de forma lúdica e contextualizada. O artigo buscou nortear caminhos que possam facilitar o ensino aprendizagem dos gêneros textuais e literários. Os professores de língua portuguesa devem propiciar e modificar sua metodologia de ensino para que os alunos com e sem deficiência tenham uma educação igualitária.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência intelectual; Gêneros textuais e literários; Formação de professores

INTRODUÇÃO

A deficiência intelectual é um transtorno do neurodesenvolvimento mais comum encontrado em crianças e adolescentes. O conceito de deficiência intelectual passou por várias modificações no decorrer dos anos e obteve inúmeras definições temos como exemplos: A Oligofrenia que era utilizada pelos “gregos” e que significava pouca sabedoria, essa patologia psíquica estabelecia-se numa deficiência grave consistente no desenvolvimento da inteligência e era dividida em quatro níveis: idiota, imbecil, débil e sábio idiota. Antigamente os deficientes intelectuais eram denominados de seres incapazes e fracassados.

¹Graduada em Letras- Português, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Especialista em Literatura e Língua Espanhola, Especialista em AEE, Curso intermediário de Libras, Curso de Inteligência Emocional, Curso básico de Braille, Curso de Cuidador de Crianças com deficiência, Graduada em Pedagogia e Mestranda em Educação pela University Florida Of Science And Technology, ligiinhacruz@hotmail.com

Os termos “retardo Mental” e “Deficiência Mental” foi substituído e hoje é reconhecido por deficiência intelectual segundo O Manual de Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM-5). A última definição é mais completa e possui um quadro clínico mais coerente.

Nos dias atuais as pessoas com deficiências intelectuais são confirmadas através de testes de inteligência feita de maneira individual e pela avaliação clínica que são realizadas em crianças a partir de cinco anos. Em consonância com DSM-5 os diagnósticos são baseados nos níveis de funções intelectuais e funções adaptativas como:

Déficit em funções intelectuais como raciocínio, solução de problema, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica como nos testes de inteligência padronizados e individualizados. (p,33)

Já déficit em funções adaptativas são referentes aos domínios social, conceitual e habilidades práticas e que “resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social”. (p,33)

Vale ressaltar que a educação especial surgiu através de muitas lutas e leis que asseguram o direito da pessoa com deficiência. A educação inclusiva começou a ser valorizada a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. Contudo, sabemos que ainda vamos encontrar alguns grupos que vivenciam um processo de inclusão escolar pouco satisfatório no que diz respeito ao seu desenvolvimento educacional. Provavelmente, os alunos com deficiência intelectual integram o segmento que mais sofre com a exclusão pedagógica, por apresentarem um ritmo de aprendizagem mais lento e serem alvo de uma série de estigmas depreciativos em relação a sua capacidade.

O ensino de língua portuguesa para alunos com deficiência intelectual é de grande importância para o seu processo de inclusão e exercício da cidadania, visto que os membros da sociedade necessitam de uma preparação adequada, concordante com as necessidades do mercado de trabalho e diante disso devemos valorizar e incentivar os alunos com DI na sala regular. Além disso, a leitura e escrita é um item indispensável para o desenvolvimento da criticidade, da linguagem e da competência discursiva dos indivíduos. Nesse sentido a leitura e escrita é entendida não como um simples decifrar de códigos, mas como um ato que envolve processos como compreensão, atribuição de sentido e interpretação nos gêneros textuais e literários que será trabalhado com alunos com ou sem deficiência intelectual.

A deficiência intelectual também apresenta alguns níveis de gravidades como: leve, moderado, grave e profunda. Em consonância com o Manual de Diagnostico e Estatístico de

Transtornos Mentais (DSM-5). A criança com déficit intelectual leve apresenta dificuldades em habilidades de pensamento, comunicação, atividade do cotidiano como compreender o conceito de alguns conteúdos aplicados em sala ou até mesmo sentem dificuldade de lidar com dinheiro. Já “Na vida adulta, os apoios costumam envolver compras de itens para casa, transportes, organização do lar e dos cuidados com os filhos, preparo de alimentos nutritivos, atividades bancárias e controle do dinheiro”. (p.34)

Já a criança com DI moderado apresenta habilidades defasadas durante o processo de desenvolvimento. A linguagem se desenvolve muito lentamente principalmente na escola nos anos iniciais (Pré-escola) e continua no ensino fundamental, médio e superior. “Nos adultos, o desenvolvimento de habilidades acadêmicas costumamos mostra-se em um nível elementar, havendo necessidade de apoio para todo emprego de habilidades no trabalho e na vida pessoal” (p.35)

A criança com DI Grave apresenta limitações no que tange a linguagem de conceitos como por exemplo em termos de vocabulário, compreensão e gramática. Também mostram pouca compreensão na leitura e escrita. “Os indivíduos entendem discursos e comunicação gestual simples. As relações com familiares e pessoas conhecidas constituem fonte de prazer e ajuda”. (p.36). Na prática necessitam de apoio em atividades escolares e na vida cotidiana. Sabemos que a deficiência intelectual pode ser de origem genética, congênita ou adquirida ao longo do desenvolvimento.

O tema do artigo é de suma importância para o desempenho profissional do professor de português, pois teremos mais conhecimento sobre crianças e adolescentes com necessidades educacionais enfatizando a “Deficiência Intelectual”, mostrando que ser diferente não é um problema social ou cultural, e que todos merecem ter um ensino de qualidade. Sendo assim, devemos compreender a realidade, ou seja, os conhecimentos prévios dos alunos com e sem deficiência e a partir disso, modificar o planejamento pedagógico para melhorar o desenvolvimento dos alunos.

Escolhemos esse campo de pesquisa porque percebemos a dimensão da dificuldade que enfrentamos para adaptar à alunos com déficit intelectual na escola. Compreendemos também, que existem Leis que situam esses alunos na escola regular, mas isso não é suficiente para suprir as dificuldades encontradas no decorrer das aulas.

METODOLOGIA

O presente capítulo está organizado para explicar os procedimentos metodológicos abordados desde a escolha do objeto de estudo até a descrição das etapas da pesquisa. Trata-se

uma análise bibliográfica, ou seja, de uma revisão de literatura sobre o trabalho com alguns gêneros textuais e literários tais como: histórias em quadrinho, carta, música e fábulas presentes nos artigos escolhidos. Podemos classificar também o presente artigo quanto à forma de abordagem do problema em qualitativa e exploratória, pois promoveu um levantamento de dados sobre as motivações de um dado grupo, no caso dos autores, buscando compreender e interpretar a opinião e as expectativas deles em relação aos gêneros textuais. É exploratória, portanto, não tem o intuito de obter números como resultados.

Foi selecionado para análise quatro artigos de gêneros e autores diferentes e discutimos a respeito do processo de ensino e aprendizagem com ênfase em alguns gêneros textuais e literários para alunos com ou sem deficiência intelectual. A pesquisa foi organizada em três momentos: primeiro fizemos a escolha dos artigos referentes ao tema proporcionado.

No segundo momento fizemos um levantamento de dados presente nos artigos com uma tabela para identificar quais recursos os autores utilizaram, a quantidade de participantes, onde foi realizada a pesquisa e entre outros dados coletados para que os alunos com deficiência intelectual pudessem ter uma aprendizagem satisfatória.

No terceiro momento apresentamos a análise dos dados coletados referente aos estudos realizados pelos autores de tais artigos: “O Trabalho com o Gênero Textual História Em Quadrinho Com Alunos Que Possuem Deficiência Intelectual” “Letramento De Adultos Com Deficiência intelectual: Em Foco Os Gêneros Textuais” “A Música Como Recurso Pedagógico Na Aprendizagem De Pessoas Com Deficiência intelectual” e “A Fábula Como Recurso Pedagógico No Processo De Educação inclusiva”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola é um ambiente e sem dúvida o local privilegiado para o desenvolvimento de alunos com ou sem deficiência intelectual, pois são nas novas escolas integrais que muitos alunos passam a maior parte do seu tempo.

Contudo, mediar à leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual é estar no meio de uma atividade essencial à escola, à vida, é estar presente mesmo que sutilmente ausente; é saber que o ato de ler é condicionado por condições e características psicológicas, sociais, econômicas e intelectuais de cada indivíduo, nesse sentido, cada leitura faz parte de um todo maior. Garcia (1992, p37)

E quando pensamos no ensino como agente mediador de mudanças deve-se levar em conta que os indivíduos estão sempre construindo e reconstruindo seus conhecimentos nas interlocuções que fazem nas produções de textos, tanto orais como escritos.

A leitura dos gêneros textuais e literários no ensino fundamental continua atrelada, muitas vezes, à discussão estrutural dos gêneros/textos, isto é, preocupada com questões formais (quem são os personagens? Qual o tipo de narrador? Quantas estrofes têm o poema?) o professor tem nesse processo atuação fundamental, pois é a partir da sua concepção de literatura, leitura e método de abordagem do texto literário que poderá ou não oferecer ao aluno encaminhamentos metodológicos que propiciem um encontro significativo com os diversos gêneros literários.

É importante lembrar que a literatura entra na escola com o objetivo de enfatizar o conhecimento das obras/gêneros/textos literários. Mas infelizmente alguns educadores de rede pública trabalha o texto literário como pretexto para os aspectos gramaticais. E com isso a leitura não é trabalhada a partir de estratégias significativas para a formação do leitor literário na escola.

O professor de língua portuguesa abrange vários conhecimentos de sua área, mas sempre precisa de aperfeiçoamento e formação que saiba lidar com os problemas de aprendizagem nos alunos com e sem deficiência. Não podemos deixar de considerar e de falar que o incentivo familiar é de suma importância para o desenvolvimento do aluno seja na escola ou na sociedade. Segundo Vygotsky 1989, toda criança precisa de um estímulo seja na escola ou até na vida social:

Um mecanismo essencial dos processos reconstrutivos que ocorre durante o desenvolvimento da criança é a criação e o uso de vários estímulos artificiais. Esses estímulos desempenham um papel auxiliar que permite aos seres humanos dominar seu próprio comportamento, primeiro através de estímulos externos e posteriormente através de operações internas mais complexas (VIGOTSKY, 1989, p.84).

Os professores têm como objetivo ser os guardiões desses direitos educacionais especializados e apoiar os pais em suas dificuldades de compreender a deficiência Intelectual. Temos consciência que há resistência no que diz respeito a mudanças e inovações nessas áreas, mas devemos persistir na reorganização das políticas inclusivas. “Os pais de crianças com deficiência e os educadores brasileiro deveriam ser os primeiros a levantar a bandeira contra discriminação.” (MANTOAN 2011.p. 34).

Percebemos que as práticas pedagógicas devem ser abordadas de acordo com a particularidade de cada aluno e que do ponto de vista legal, os alunos que apresentam ter DI devem estar incluídos no ensino regular e que o plano de ensino deve ser voltado especialmente para essas crianças. Sabemos que para isso muitas vezes dar trabalho e que exige do professor um pouco de mais cuidado durante as aulas. Mas o bom

professor/pesquisador precisa estar sempre atualizado e adaptar ou readaptar o seu plano de ensino para que o resultado das aulas seja satisfatório para todos. A autora Mantoan(2011) afirma que:

Adaptar o ensino para alunos de uma turma de escola comum não conduz e não condiz com a transformação pedagógicas dessas escolas, exigidas pela inclusão. A inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo. (MANTOAN, 2011, p. 21)

Ao desenvolvermos o estudo da língua portuguesa devemos estabelecer uma reflexão sobre a língua que falamos e como a escrevemos. Os deficientes intelectuais nas aulas de língua portuguesa têm mais facilidade de memorizar a linguagem popular e dificilmente entendem a linguagem culta, mas isso é questão de prática. O professor precisa obter estratégias que facilite o desenvolvimento da linguagem oral e escrita utilizada para um modo formal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É notável que os gêneros textuais são manifestações linguísticas e que acontecem no processo da escrita quanto na forma oral. Com isso, podemos dizer que não se pode comunicar sem fazer o uso de algum gênero durante o discurso. Nesse contexto, percebemos que o ensino de língua portuguesa em muitas das escolas brasileiras está voltado para os moldes da exploração da gramática normativa, que envolve um conjunto de regras as quais os alunos devem seguir. Em consonância com Marcuschi “ nos dias atuais, gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias” (MARCUSCHI, 2002, p.10). Analisando as mudanças ocorridas no ensino tradicionalista e estabelecendo uma ponte entre língua e as ações humana, no qual estão presentes os diversos gêneros como: histórias em quadrinhos, fábulas, cartas, gênero oral e entre outros meios de comunicação. Trabalhando com esses gêneros também podemos perceber que a construção de conhecimento não depende só da escola, o que nos possibilita a contextualizar o mundo e os conhecimentos prévios dos alunos em relação a família, a religião, aos amigos, no geral a todo contexto social e histórico. Compreendemos também que há uma distinção entre gênero e tipo textual pois, os gêneros estão ligados aos elementos comunicativos funcionais e sócio culturais e discursivos.

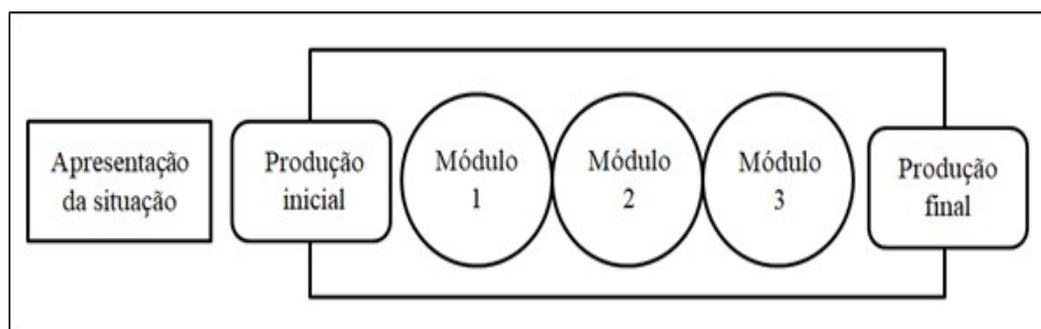
O gênero textual História em Quadrinho (HQ) é considerado um bem cultural para o desenvolvimento educacional da criança e do adolescente. Em consonância com Shimazaki et

al. (2018)reflete um pouco sobre a importância de ensinar o gênero HQ para alunos com deficiência intelectual:

É de fundamental importância para uma vida saudável, e sendo a história em Quadrinho um gênero textual que cumpre essa função na sociedade, partiu-se do princípio de que é um gênero que precisa de ensino sistematizado junto aos alunos com deficiência intelectual, para que aprendam a lidar com uma manifestação de linguagem comum ao seu entorno social.(SHIMAZAKI; AUDA; MENEGASSE e MORI 2018, p.136)

Nos dias atuais os professores de ensino fundamental II e médio, sentem um pouco de dificuldade para ensinar aos alunos que apresentam alguma deficiência, e isso, muitas vezes se torna frustrante as aulas, porque não há uma formação por parte do professor durante a graduação de áreas específicas.

Para apresentar o gênero história em quadrinhoem uma turma que tenha alunos com ou sem deficiência intelectual é necessário explicar antes e depois seguir para a produção. Devemos apresentar uma situação de uma história em quadrinho mostrando suas características. Em seguida pedir para os alunos fazerem a primeira produção. Shimazaki et al. (2018),menciona em seu artigo essa mesma sequência didática proposta (Figura 1) por Dolz et al. (2004), que é muito satisfatória para o desempenho dos alunos com ou sem deficiência intelectual nas aulas de leitura e escrita. Essa é uma atividade metodológica e que de certa forma permite a interação entre o aluno e o texto a respeito do gênero trabalhado.



Fonte: Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.98)

Segundoos autores apresentados tanto Shimazaki et al. (2018), quanto Dolz et al. (2004), informam que esse é um método confiável durante as aulas de leitura e escrita sobre o gênero história em quadrinho. Percebemos também que além de fazer a leitura do gênero com modelo para as próximas escritas é preciso praticar.

Segundo as contribuições apresentadas por Shimazaki et al. (2018),ensinam o gênero história em quadrinho através dos módulos, mas no decorrer da leitura percebemos que os

autores esqueceram de ensinar e enfatizar a escrita dos alunos com deficiência intelectual, pois apenas explicaram o que é o gênero história em quadrinho e fizeram a correção de uma atividade abordada pelo os mesmos.

A leitura e escrita do gênero carta é de suma importância para as aulas de língua portuguesa no fundamental II, pois é nessa fase que a comunicação entre os alunos com ou sem deficiência intelectual é trabalhada de maneira clara e objetiva, fazendo com que todos os alunos tenham um conhecimento de grande notoriedade porque propõe ao educando conhecer e escrever vários modelos de cartas como por exemplo: carta para o professor (a), diretor (a), namorada (o), para uma autoridade e entre outros. Os professores de Língua Portuguesa devem incentivar os alunos a lerem a partir das experiências de leitura que o aluno traz para sala de aula, de modo a enfatizar os conhecimentos sobre os gêneros textuais e literários que foram lidos por eles e partir para o que eles ainda não conhecem. Sendo assim, daremos continuidade ao desempenho do aluno e contribuiremos para o processo de aprendizagem dentro e fora do ambiente escolar. Para Cosson 2006:

A leitura escolar precisa de acompanhamento porque tem uma direção, um objetivo a cumprir, e esse objetivo não deve ser perdido de vista. Não se pode confundir, contudo, acompanhamento com policiamento. O professor não deve vigiar o aluno para saber se ele está lendo o livro, mas sim acompanhar o processo de leitura para auxiliá-lo em suas dificuldades, inclusive aquelas relativas ao ritmo da leitura. (COSSON 2006, p.62)

É função da escola formar sujeitos letrados(no sentido pleno da palavra)não apenas sujeitos alfabetizados.Essaé uma das maneiras que escola tem de contribuir para diminuição da injustiça social desde que ela forneça a todos as oportunidades para o acesso ao saber acumulado pela sociedade. Oliveira et al. (2017), faz uma breve reflexão sobre alfabetizar e o letrar com base em Soares (2004), afirmando que é de suma importância ensinar a ler e escrever de acordo com o contexto social dos alunos, ou seja, fazendo com que a escrita tenha sentido na vida dos estudantes. Ainda em consonância com esses autores podemos dizer cada aluno tem o seu tempo de aprender e nós profissionais da área de educação precisamos compreender o processo de aprendizagem dos discentes com ou sem deficiência intelectual.

O gênero música se trata de um texto literário e que é muito importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente com ou sem deficiência intelectual, durante o seu processo de aprendizagem nas aulas de português.Quando trabalhamos com esse gênero na sala do fundamental anos finais, sem dúvida os educandos ficam bastante atentos a todos os toques e letras que aparecem na música. Para Messias (2016), “a música é considerada um

recurso facilitador da aprendizagem, estimulando o cognitivo, a percepção, a atenção e a concentração, de forma lúdica” (MESSIAS 2016, p.214).

Em consonância coma autora, podemos afirmar que o gênero música, expressa o desenvolvimento da oralidade, e da capacidade de comunicação e isso pode acontecer de forma direta ou indiretamente com os seus colegas com ou sem deficiência intelectual. Através desse método de estudo podemos compreender que o aluno com deficiência intelectual consegue aprender e a se relacionar com os efeitos sonoros, com os ritmos e melodia. Sendo assim os alunos podem também fazer intertextualidade com o mundo fora do ambiente escolar.

Vale ressaltar, que o gênero literário está relacionado com tudo e não pode ser separado dos meios políticos e nem da nossa religião, pois é um espaço comunicativo e que expressa opiniões de diferentes contextos como também está relacionada com a imaginação que o leitor adquire ao ler determinado texto, nesse caso fica a critério do leitor interpretar da melhor maneira. Ao estudar o gênero música é preciso de um ambiente adequado para que o leitor faça levantamento dos gêneros estudados e que o professor esclareça as dúvidas e possa construir um prazer ao estudar os estilos literários. Quando trabalhamos com a música em sala de aula os alunos demonstram muito empolgação, pois a música afeta de forma direta as questões emocionais dos alunos com ou sem deficiência intelectual. Messias (2016), informa que “a música traz uma sensação de prazer, logo está relacionada a estrutura cerebral da emoção” (MESSIAS 2016,p.208). A autora apresenta em seu artigo uma estrutura cerebral compreendida a partir de Relvas 2011 como:

- ° Cérebro reptiliano (corpo esfriado e ventral e glânglios basais)
- ° Amígdala
- ° Hipotálamo
- ° Córtex cingulado
- ° Córtex pré-frontal (conectada com o tálamo, a amígdala cerebral e outras áreas subcorticais).

Em subsídios com os autores citados acima podemos compreender que a emoção transmite resultados que pertencem a região encefálicas e que de certa forma controla todo o comportamento emocional e o seu processo de aprendizagem.

Trabalhar o gênero fábula nas aulas de língua portuguesa do ensino fundamental é de grande notoriedade, pois é antes de tudo, mergulhar num mundo de subjetividade e encantamento, um lugar mágico onde o aluno encontra a possibilidade de se descobrir, de se reconhecer, de se encontrar.

O gênero fábula é uma narrativa figurada e os personagens sempre são animais e apresenta características humanas. No final de cada história é sustentada por uma lição de moral, ou seja, um ensinamento. Assim, como os outros gêneros que foram apresentados anteriormente esse também é considerado importante para o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

A pesquisadora Marcon (2016), elaborou seu trabalho de forma coerente, fazendo atividades que estimulassem os valores de inclusão da pessoa com deficiência intelectual. Compreendemos também que é feita uma sequência de módulos para dividir os momentos. As aulas acontecem de maneira lúdica e com isso, apresentam resultados satisfatórios, pois englobam leituras de gêneros, vídeo, dinâmicas e reflexões sobre o cotidiano das pessoas com ou sem deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa podemos chegar a algumas constatações que consideramos importantes. A primeira delas diz respeito a postura dos teóricos estudados e discutidos durante a análise de dados sobre a inclusão de alunos com e sem deficiência intelectual nas aulas de leitura e escrita. E com isso, ocorreram mudanças no meu comportamento como mediadora de língua portuguesa, mostrando que devemos nos adaptar e readaptar a cada aluno e conhecer de fato a sua realidade para que assim o desenvolvimento educacional aconteça de maneira satisfatória tanto para os pais e alunos quanto para nós professores de Língua Portuguesa.

Os profissionais da educação precisam quebrar os rótulos criados para as pessoas com e sem deficiências intelectuais. A oportunidade de igualdade precisa ser válida em todo o ambiente escolar, começando do gestor até o funcionário do portão, isso deve ser uma das metas que os componentes da escola deveriam alcançar.

Esse é um trabalho de conscientização de resgate de valores em que muita coisa precisa ser repensada e reformulada para que as aulas de gêneros textuais e literários não sejam apenas atreladas a pretexto de aulas de ensino gramatical, desconsiderando-se dessa forma toda riqueza de informações presentes no texto que poderiam ser trabalhadas para desenvolver o senso crítico dos alunos com e sem deficiência intelectual.

Com isto, a equipe escolar precisa trabalhar em conjunto com um profissional da área de psicologia ou neurologia para detectar os casos referentes as deficiências e promover um ensino de qualidade para os alunos com necessidades educacionais.

O ambiente escolar é uma instituição de grande importância na vida dos alunos, pois é o lugar que devemos estimulá-los nas leituras dos gêneros textuais e literários. Sabemos que sempre vamos encontrar alunos que tem deficiência intelectual e conseqüentemente tenham dificuldades de compreender os gêneros, mas para isso, precisamos entender o contexto e a carga de leitura trazidas por eles.

Os profissionais de Português devem fazer com que os alunos fiquem mais motivados à leitura mobilizando e utilizando a biblioteca com criatividade que despertem para o mundo da leitura de gêneros textuais e literários.

É necessário que se faça capacitações alusivas aos alunos e que todos os funcionários participem e conheçam as diversas diferenças que há nas escolas, mostrando que ser diferente não é um problema social ou cultural, e que todos merecem ter um ensino de qualidade independente de qualquer dificuldade.

Em decorrência disso, afirmo que este trabalho não se encontra como um produto acabado e que está disposto a alterações, ou seja, necessita de outras fontes teóricas para complementar as discussões sobre a importância de estudar a educação especial e inclusiva com ênfase na Deficiência Intelectual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Resolução N° 4 CNE/CEB**. Define as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação Básica. Ministério da Educação. Conselho nacional de Educação.

CUNHA, E. (Org.). **Práticas Pedagógicas para a inclusão e a diversidade**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2011.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração Mundial sobre Necessidades Educativas Especial: Acesso e qualidade**. Trad. Edilson Alkmin da cunha. 2. Ed. Brasília: CORDE, 1994.

DSM-5 **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. trad. Cláudia Dornelles; - 4.ed. rev. - Porto Alegre: Artmed, 2002

JANNUZZI, G. M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1992.

LODI, (org.) **Leitura e escrita: no contexto da diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MARCUSHI, L.A. **Gêneros Textuais: definição e funcionalidade.** In. DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A. R.; BEZEERA, M.A. **Gêneros textuais e ensino.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

MARCON, Regina Maura Batista. **A Fábula como recurso pedagógico no processo de Educação Inclusiva**– Paraná: 2016.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas** – 5ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MESSIAS, Maria Aparecida da Silva. **A Música como Recurso pedagógico na Aprendizagem de Pessoas com Deficiência Intelectual.** – Pinheiral: 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de educação especial. Brasília: MEC, 1994.

SHIMAZAKI, E; M. AUDA, V; G; C. MENEGASSE, R; J. e MORI, N; N; R. **O Trabalho com o Gênero textual em Quadrinhos com Alunos que Possuem Deficiência Intelectual.** São Paulo: 2018.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2006.

Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. /Ministério da Educação. Secretária da Educação Fundamental. -3. ed.-Brasília:A Secretária,2001.